

CEDI - P. I. B.
DATA 10/06/86
COD. SPB 19

SURUI (AIKEWARA) DO POSTO INDÍGENA SORORÓ:  
NO RASTRO DO TERRITÓRIO TRADICIONAL\*

Iara Ferraz  
Antropóloga

\* Relatório de viagem realizada entre 15 e 28 de fevereiro de 1985, como coordenadora do grupo de trabalho conforme portaria Funai 1981/E de 07.02.85, para realizar levantamento com vistas à redefinição do território dos chamados Surui do PI Sororó, com o apoio do Convênio CVRD-Funai.

À memória de SAWARAPÉ

Convenção gráfica provisória para  
o dialeto Surui (Tupi-Guarani)

i - vogal central alta não arredondada (aproxima-se da vogal Tupinambã grafada em geral com y)

k - como o c de casa

w - como no inglês "lower"

Os demais fonemas soam como no português.

### O B S E R V A Ç Ã O

Até o momento da conclusão deste relatório não havíamos recebido a versão final e definitiva do mapa a que nos referimos no decorrer deste trabalho. Serviu como referência para todas as observações aqui apresentadas apenas um esboço traçado no mapa-base do Serviço de Cartografia do Exército (MI 950 e 951, somente encontráveis em Manaus, 4ª Divisão de Levantamento).

A elaboração do mapa preciso do território tradicional dos Surui (Aikewara) ficou sob a responsabilidade do Sr. Mario Alves, técnico em agrimensura designado pela IPI (Enai - Brasília) para realizar conosco o levantamento para a redefinição dos limites da área do PI Sororó. Tão logo nos seja enviado, apresentaremos observações complementares.

Esta é a primeira vez que, oficialmente, venho apresentar à Fundação Nacional do Índio uma proposta formal para a redefinição do território dos chamados Surui do PI Sororô, no sudeste do estado do Pará<sup>1</sup>.

Através da assessoria prestada à Cia. Vale do Rio Doce, em abril de 1983 - e, depois, em agosto de 1984 - apresentei relatórios detalhados - o primeiro, acompanhado de um croqui feito a partir do mapa-base da área de PI Sororô, fornecido pela Funai - onde apontei os equívocos cometidos na demarcação completada em 1977<sup>2</sup>. Enfatizava então a necessidade de revisão urgente daquele processo de demarcação, pois de nada adiantaria uma volumosa injeção de recursos no PI Sororô (oriundos do Convênio CVRD-Funai, firmado em 1982), se os Surui não pudessem recuperar porções significativas de seu território tradicional, que lhes haviam sido subtraídas com a demarcação efetuada em 1977, e que haviam permanecido em poder de latifundiários, invasores da área indígena desde a década de 40.

É possível que esta perspectiva tenha sido encoberta para os Surui por uma "cortina de fumaça" anteposta pelos agentes tutelares a nível local - Posto e Ajudância de Marabá - que acenavam,

---

1 Ao contrário do que consta na legenda de um mapa integrante do processo nº1778/82, referente à demarcação daquela área indígena, nunca cheguei a formular uma "proposta" de área, embora desde 1976 tenha encaminhado à cúpula da agência tutelar inúmeros mapas, desenhos e croquis elaborados pelos próprios Surui. Parece paradoxal que, ao rever em Brasília os processos pertinentes à demarcação da área do PI Sororô - tendo em vista a realização desta viagem - o técnico em agrimensura da Funai, também designado integrante deste grupo de trabalho, não os tenha encontrado.

2 Através da leitura dos processos pertinentes, tomamos conhecimento do fato desta demarcação ter sido efetuada, a pedido da Funai, por um agrimensor autônomo empreitado pela PLANTEL, procedimento este considerado incomum, à época.

exatamente, com os abundantes recursos do "Projeto" (o Convênio CVRD/Funai) que acabaram por ser dirigidos às contratações e obras desnecessárias, de um modo geral. (Estas questões foram abordadas em relatório encaminhado à CVRD (março 85) referente ao "Projeto" em relação aos chamados Surui, (que se autodenominam Aikewara).

#### A redefinição da área

No dia 16 de fevereiro partimos de Marabá com destino ao PI Sororó, situado a cerca de 100km em direção ao sul, já no município de São João do Araguaia. Apesar das condições pouco favoráveis do veículo da Ajudância de Marabá, a viagem só foi possível dada a grande habilidade do motorista que nos transportava, pois os grandes atoleiros da rodovia OP-2 (que liga a Transamazônica à São Geraldo do Araguaia), nesta época de chuvas, dificultaram a nossa chegada à área Surui.

A rodovia atravessa a área indígena na sua porção mais oriental e as duas placas de sinalização, ali existentes mal são visíveis: além de enferrujadas, pois são de metal, suas inscrições são pequenas, o que as torna ilegíveis<sup>3</sup>.

Na aldeia, explicamos detalhadamente o motivo de nossa viagem e logo compreendemos o estado de tensão em que se encontravam os moradores da região, entre eles, os Surui: "pistoleiros" contratados pelos latifundiários vizinhos vinham praticando toda a sorte de violências, acirradas exatamente no início de fevereiro último (ver adiante). Ao lado do fato de os Surui se

---

3 Informou-nos posteriormente o chefe do Posto que havia encomendado em Marabá três novas placas para substituir aquelas.

encontrarem, nesta época, ocupados com a coleta da safra de castanha, um certo temor dificultou-lhes decidir quem iria nos guiar na viagem de reconhecimento do território tradicional.

Warini, um dos homens mais velhos do grupo, exímio caçador e profundo conhecedor do território tribal, logo se prontificou - ele fora o autor dos inúmeros croquis e desenhos da área que, sucessivamente, desde 1976, havíamos encaminhado à Funai. Seu irmão Sawara'ã, considerado morubixawa ("chefe" político e cerimonial) e Tiremê, homem maduro que vem firmando posição de liderança entre o grupo, acompanharam-nos durante a viagem, iniciada a 18 de fevereiro. Foram também conosco o técnico em agrimensura designado pela DPI (Diretoria do Patrimônio Indígena), o chefe do PI Sororô (por indicação do chefe substituto da Ajudância de Marabá) e um auxiliar.

De São Raimundo, um pequeno povoado no limite do extremo sudeste da área - onde mora Tibaku com sua família, à beira da rodovia OP-2 - tomamos uma estrada cavaleira (ponto 1, no mapa anexo) que acompanha, pelo interior da área indígena, o seu limite sul até atingir uma localidade (castanhal) denominada "Centro Novo". Naquela porção estava situado o ponto inicial das divergências entre a demarcação completada em 1977 e a área reivindicada pelos Surui, como de ocupação efetiva, que define o seu território tradicional.

Fixamo-nos nas proximidades das cabeceiras dos rios Gamleira (Itã, "rio com muitas pedras", é o seu nome no dialeto Surui) e Caracol, ou Ipirahieté \*como é chamado por eles. As inúmeras e próximas nascentes desses cursos d'água levaram, ao que tudo indicava, ao erro cometido por ocasião da demarcação de 1977, quando outras cabeceiras - que não as centrais - foram tomadas como referências (ver ponto 2, no mapa). À margem esquerda do

\* "Águas piscosas"

Ipirahieté estão localizados dois grandes castanhais - "Centro Novo" e "Carrasco" - integrantes, originalmente, do território Surui e por ora ocupados pelo Sr. Almir Queiroz de Moraes e familiares (requerente processo Funai nº003229/84).

Verificamos que, naquela porção, a delimitação correta deve partir da cabeceira central do rio Gameleira (Fitá) em linha seca para a cabeceira também central do Ipirahieté (Caracol ou Córrego Boa Sorte), onde há uma imponente gameleira (Ficus doliaria), facilmente identificável (pontos 3 e 4 do mapa). Deverá seguir dali o limite, também em linha seca pelo divisor de águas entre Caracol (Ipirahieté) e rio Pacu, até a foz do primeiro (5, mapa). Deste modo será abrangida a bacia do Ipirahieté, aproximando a área do território tradicionalmente ocupado pelos Surui que, há cerca de menos de quarenta anos, estendia-se ao sul até às proximidades do rio Araguaia. Mencionam com frequência seus antigos acampamentos na época do verão e expedições de caça por uma localidade hoje chamada 'Dois Irmãos' e palco de intensos conflitos pela posse da terra, já próxima ao Araguaia, a oeste da Serra das Andorinhas.

Mais de dez famílias de posseiros ocuparam recentemente, entre abril e outubro de 1984, a porção de terras situada à margem esquerda do Caracol (o Ipirahieté), uma vez que a demarcação efetuada em 1977 definia por este curso d'água <sup>o</sup> limite sul da área indígena. São lotes de 500 metros de frente por 1.000 metros de fundos (50 ha), até as proximidades do castanhal "Centro Novo". Estes ocupantes ali plantaram não mais de 10 ou 12 linhas<sup>4</sup> de roçados de mandioca, arroz e milho para subsistência. Têm uma

---

4 Dezesesseis linhas correspondem a um hectare.

*Dois irmãos*



pequena criação de galinhas e, em geral, uma ou duas pequenas casas em cada lote, de folhas de babaçu (paredes e cobertura) e chão batido. São famílias que, em geral, vêm sofrendo toda sorte de manipulação por parte do GETAT (no que diz respeito aos sorteios de lotes, promessas de licenças de ocupação, etc.). Muitos entre eles passaram, assim, a se auto-referir como "invasores de terras", uma vez esgotada a credibilidade dos órgãos governamentais responsáveis pelo caos do sistema fundiário naquela região, nos últimos dez anos.

Desde março de 1981 desenvolve-se um conflito entre o Sr. Almir Moraes (e seus filhos) e mais de 100 posseiros que estão na área denominada Fazenda Fortaleza; à margem direita do rio Sororozinho (já no município de Xinguara). A "sede" dista cerca de 600 metros acima da foz do rio Ipirahietê, de onde os Surui foram expulsos na década de 40.

Em outubro de 1981, o poder judiciário (comarca de Marabá) expediu liminar de despejo contra os ocupantes daquela área, autorizando um fiscal de justiça para proceder à ação. Juntamente com a polícia militar e com o apoio de pistoleiros, despejaram diversas famílias da área. Doze posseiros permaneceram por 11 dias presos em Marabá. Houve apreensão de armas de caça, instrumentos de trabalho (foices, facões e machados) e gêneros alimentícios dos posseiros. No interior da própria delegacia, sofreram ameaças para assinar documentos 'desistindo' da posse da terra.

Esta situação permanece até os dias de hoje. O Sr. Almir Moraes tenta remover os posseiros a qual quer custo, utilizando-se para isto de força policial e de pistoleiros de aluguel, além dos expedientes burocráticos através da atuação do GETAT. Os tiroteiros, no entanto, são frequentes naquela área.

Além das fortes chuvas, estes foram fatores que, certamente, acabaram por nos impedir de verificar in loco a coincidência da

chamada "Fazenda Fortaleza" com a área de ocupação tradicional dos Surui, por eles reivindicada desde os primórdios do processo de demarcação daquela área (1966, através de frei Gil Gomes Leitão).

Uma vez que o técnico agrícola designado para elaborar os laudos de avaliação daquelas posses não nos foi colocado à disposição pela Funai - bem como não compareceu o representante do GETAT que iria integrar o grupo de trabalho constituído - solicitei através de radiograma à Diretoria do Patrimônio Indígena (DPI, em Brasília) autorização para que o próprio chefe do PI Sororô (que também é técnico agrícola) efetuasse o levantamento o mais rápido possível (a fim de não protelar ainda mais a redefinição precisa daquele território tribal).

Como ainda não se tem uma definição clara quanto às mudanças em relação à política fundiária para a região com o advento da Nova República, seria precipitado apresentar aos ocupantes uma possibilidade de solucionar a questão advinda pois, com a retificação dos limites da área indígena, permanecerão no seu interior. Muitos destes, no entanto, ficaram cientes de que virão a ser removidos, tendo sido orientados no sentido de não mais estenderem ali os seus roçados.

Os pequenos proprietários, por sua vez, clamam pela extinção do GETAT e de seus métodos arbitrários na discriminação de terras efetuada em toda aquela região, postura que, certamente, é

distinta dos latifundiários, "donos do poder" local nos últimos 30 ou 40 anos, exatamente os que se beneficiaram com a atuação dos órgãos governamentais. Os conflitos se acentuaram e predominou um estado de tensão permanente devido, sobretudo, às práticas violentas crescentes de pistoleiros e jagunços contratados por esses latifundiários.

Inúmeras violências vêm sendo praticadas nas vizinhanças da área indígena, como nos foi relatado por um antigo morador da região, Sr. Francisco, em cuja casa pernoitamos, nas proximidades do "Centro Novo" (no dia seguinte, alugou-nos um jeque para o transporte da carga). Ele nos contou o que havia ocorrido com o Sr. Lázaro, comprador de castanha dos pequenos proprietários dali.

No dia 6 de fevereiro - conforme também foi noticiado pela imprensa regional (O Liberal) - o Lázaro havia desaparecido do povoado de São Raimundo (contíguo à área Surui) após ter tido a sua casa invadida por homens fortemente armados. Só no dia 19 do mesmo mês o seu corpo foi encontrado na mata, já em adiantado estado de decomposição, tendo sido então sepultado em São Domingos do Araguaia. Tinha-se notícia, exatamente quando iniciamos nossa viagem, que a "Polícia Federal havia entrado na mata em busca de dezoito pistoleiros contratados pelo Almir Moraes" (sic). No entanto, a dúvida persistia para todos na região: seriam "pistoleiros" ou policiais?

Esse temor estendeu-se, notadamente, também aos Surui. Penetrar na porção do território pleiteada pelo grupo - e, atualmente, coincidente com o palco desses conflitos - era motivo de muita apreensão, como observamos inicialmente. Os "pistoleiros do Almir Moraes" representam o estigma da violência e da arbitrariedade contra os moradores daquela região, em geral pequenos lavra-

dores. Para os Surui, os "pistoleiros" são kamarã (denominação genérica para os "não-índios") punura (termo do dialeto kaiapó que vem a ser "ruim", "mau")<sup>5</sup>. Só a atuação competente do Estado, através de uma política fundiária justa poderá, doravante, garantir aos Surui a ocupação pacífica da porção do território tradicional que lhes foi subtraída com a demarcação equivocada de 1977.

Do "Centro Novo", inclinamo-nos para o leste, rumo à bacia do "Grotão dos Caboclos" - chamado Tieté ("rio verdadeiro") pelos Surui. Estávamos a caminho do "Tracoá", um extenso castanhal e ponto de expedições de caça - uma região por eles denominada Sutiwa ("onde há muitos espinhos"). Junto ao igarapé da Taboquinha havia um grande barracão, onde pernoitamos em vários pés de algodão e de cuias plantados.

No dia seguinte, dirigimo-nos para as proximidades do limite ocidental da área, onde ficamos no barracão do castanhal denominado "Água Preta". Ali, junto a um curral, há também uma quinta com cerca de quatro hectares (para o rebanho bovino e os muares dos Surui), além de oito hectares, aproximadamente, de roças novas de arroz e milho, plantadas em 1984 por empreitada, aos cuidados de Tiremê, que nos acompanhava<sup>6</sup>. Ainda no barracão da "Água Preta" encontramos com sete castanheiros regionais que, desde dezembro de 1984, estavam trabalhando na coleta desta safra, contratados pelos Surui, também através de Tiremê (coordenador das

5 Trata-se do mesmo modo como aprenderam com agentes governamentais a se referir, no início da década de 70, aos guerrilheiros do Araguaia, a quem foram levados, pelas Forças Armadas, a combater, mediante a promessa de uma recompensa: a demarcação do território tradicional.

6 Ele observou, posteriormente, que não será possível colher ali nem meia saca (ou seja, 30 kg) de arroz, uma vez que a quantidade de "ALDRIN" empregada "foi grande demais" (sic). Trata-se de um inseticida organoclorado (BHC) e altamente tóxico que vem sendo adquirido e usado no PI Sororó com recursos do Convênio.

atividades ligadas à safra).

Na "Água Preta" caminhamos até o limite oeste da área, onde o "pique da Funai", como chamam os Surui, seccionou ao meio uma localidade denominada "Aldeinha" (Iōkōkāwa), onde tiveram uma importante aldeia por volta de 1944. Tivemos oportunidade de verificar in loco que a "picada do Almir Moraes" a que os Surui se referem com muita frequência, naquela porção da área, nada mais é do que a picada recentemente (último período de seca, findo em dezembro) aberta pelo GETAT na discriminação de terras promovida na região. Lá estão os seus marcos, a cada 500 metros; e a coincidência é, no mínimo, paradoxal.

As consequências do intenso "inverno" regional - que se estende até abril - eram sensíveis: em certos trechos, caminhávamos na mata com as águas acima dos joelhos. Naquelas circunstâncias, seria extremamente penoso alcançarmos, a pé, a foz do rio Ipirahietê (Caracol ou Córrego Boa Sorte) - o ponto 5, no mapa - já no rio Sororozinho ou Itururu, como chamam os Surui. Conforme enfatizava Warini, o reconhecimento daquela área só seria possível, por terra, durante a época da seca (no "verão") ou, senão, por sobrevôo de helicóptero neste período de chuvas fortes.

É exatamente neste trecho, no entanto, onde se encontra a chamada "Fazenda Fortaleza" (ou "Fortaleza do Almir Moraes", como dizem os Surui), uma área de 3.600 hectares que vem sendo ocupada por posseiros desde o início de 1981 (trata-se do conflito mencionado à pág. 5). O reconhecimento desta parte do território Surui, todavia, é fundamental para a redefinição precisa do seu limite ocidental, seriamente prejudicado por ocasião da demarcação de 1977. Uma possibilidade de reconstituição seria através de fotografias aéreas disponíveis junto ao Exército, con-

forme nos informou o técnico em agrimensura da Funai, responsável pela elaboração final do mapa detalhado do território Surui, com seus limites redefinidos, a partir deste levantamento.

Ao mesmo tempo em que nos aproximávamos do território de ocupação tradicional dos Surui, Warini e Sawara'ã chamavam-nos a atenção, durante a caminhada, para a frequência das pegadas de inúmeros animais de caça como porcos do mato, veados e até antas, alimentos por excelência da dieta Surui.<sup>7</sup> Atravessávamos antigas capoeiras, marcas de velhas roças e da ocupação territorial do grupo. Warini e seu irmão não se cansavam de repetir nomes de rios, precisar até mesmo as curvas de maiores ou menores cursos d'água, mencionar denominações de localidades onde tiveram aldeias, acampamentos de verão (quando, em grupos familiares saem para caçar e pescar, época farta de alimentos) roças, algodoais (em geral, estão separados das roças de milho e mandioca) e lugares onde nasceram todos os componentes do grupo atual. Foram principalmente as lembranças dos mortos que povoaram a trajetória que percorremos, entrelaçando o presente (e o futuro) à história Surui. Inúmeros cemitérios foram mencionados em todos os lugares por onde passamos. Warini, com humor, trazia à memória até mesmo particularidades daqueles personagens em vida (gestos, modos de caminhar ou até mesmo de comer).

Inúmeros desenhos de Warini, verdadeiros mapas detalhados e feitos, em geral, no chão, elucidavam a localização de an-

---

<sup>7</sup> Os animais de grande porte fornecem alimentação para muitas pessoas e, por isso, são muito apreciados, exceto o caitetu.

tigas aldeias (tendo sempre como referência os cursos d'água), localidades de extrema importância para a preservação da memória, da história e para a reprodução da sociedade Surui.

Em direção à foz do Grotão dos Caboclos há um local denominado Tapirâng (ou Itapirâng, "onde as pedras são vermelhas"): lá tiveram aldeia e, sobretudo, estão os depósitos de argila para a confecção de panelas, técnica tradicional das mulheres Surui (que poderá ser recuperada, com a inclusão daquela área, definitivamente, em seu território). Mais adiante, antes do encontro das águas do Grotão com o Itururu (Sororozinho) está um antigo e importante aldeamento, o "Coqueiro", como chamam, área esta que deveria ter sido incorporada ao território, tal como indicavam os desenhos e mapas de Warini, encaminhados à Funai ainda em 1976.

Da "Água Preta" a viagem foi interrompida. Retornamos à aldeia por três dias, pois os componentes do grupo se ressentiam do abastecimento de carne de caça, atividade pela qual são responsáveis os componentes do clã Saopakania (Gavião), cujos dois principais integrantes viajavam conosco (Sawaꞑa'á e Warini).

Um outro motivo do retorno foi, além de um descanso, a "festa" na 'Queimada', que seria realizada no domingo, dia 24 de fevereiro. Naquele pequeno aldeamento muito próximo à rodovia OP-2, onde moram duas famílias Surui (15 pessoas), Umasu, homem influente entre o grupo por promover o estreitamento das relações com os kamarã, resolvera festejar o "aniversário" de sua primogênita com um grande almoço seguido de uma "brincadeira", como chamam. E todos os componentes da aldeia principal para lá se deslocaram, logo cedo, no domingo.

À mesa farta do almoço oferecido - 10 galinhas, 6 patos, 8 jabotis, um porco doméstico e um cabrito, arroz e farinha em grande quantidade, além de refrigerantes - serviram-se mais de

cem pessoas. Tivemos ocasião de observar o grau acentuado de interação existente entre os Surui e os regionais, moradores dos pequenos povoados vizinhos ao longo da OP+2 (São Raimundo, São Pedro, Açaizal e Saranzal). Muitos deles, inclusive, ali se fixaram definitivamente devido ao fato de os Surui terem, em 1977, prescindindo daquela parte de seu território - ver mapa - constituída de antigas capoeiras (e, portanto, sem caça), exatamente em favor dos seus "compadres" das redondezas.

Nas conversas, rumores acerca dos "pistoleiros do Almir Moraes", críticas à atuação do GETAT, lamentos do abandono e da miséria em que vivem os pequenos lavradores daquela região próxima ao baixo Araguaia. Após o almoço, a música do sanfoneiro - e, mais tarde, de um conjunto com instrumentos elétricos - ecoou na região até o amanhecer. No dia seguinte, o restante do pagamento aos músicos: 9 hectolitros de castanha.

No dia 25 de fevereiro retomamos a viagem de reconhecimento dos limites originais a noroeste e ao norte do território. Depois de passarmos pela "Alegria" - um pequeno aldeamento com 5 casas junto a um castanhal - chegamos numa outra "colocação" de castanha, denominada "Bananal", onde formamos um acampamento. Dali nos dirigimos rumo à chamada "capoeira do Braga" - ponto 6, no mapa - forma como os Surui se referem à porção situada a noroeste, compreendida pelas bacias dos rios Patauã e Tapiikiwara. Desde o final da década de 50, esta área se encontra em poder do Sr. Antonio Braga, outro chefe político local, morador de Marabá. Há cerca de 40 anos, no entanto, tiveram ali inúmeras aldeias (ver no mapa).

Em todo o percurso efetuado, observamos as estradas abertas no interior da área indígena (e vizinhanças) pelos madeireiros durante o "verão". Apesar dos irrisórios montantes em di-



nheiro pagos, individualmente, a alguns componentes do grupo - que efetuaram as negociações sob grande pressão dos próprios madeireiros e, não raras vezes, com o beneplácito dos representantes locais da Funai - os danos causados à integridade do território Surui foram incalculáveis. Prova disto é a existência de mais de uma dezena de toras de mogno que foram recentemente cortadas e que se encontram abandonadas a cerca de 15 km da atual aldeia principal.

As consequências dos desmatamentos e da ocupação acelerada das vizinhanças da área indígena começam a ser concretamente observadas pelos próprios Surui; Muitos integrantes do grupo manifestam sua surpresa e admiração diante da rapidez com que vem se dando essa ocupação fundiária na região. "Não tinha ninguém, rapaz! ... até o "verão" que passou, quase não tinha kamarã por aqui! era só nós mesmo! Agora ... agora é que 'tão' chegando ...", enfatizava Warini.

Ainda do acampamento do "Bananal" partimos para uma região tradicionalmente ocupada pelos Surui ao norte da área atual e por eles insistentemente reivindicada, o castanhal "Passa Bem", junto ao rio Taurizinho. A nascente deste curso d'água, muito próxima à rodovia OP-2, a nordeste da área - ponto 7 no mapa - deve orientar a redefinição de todo o limite norte do território, confrontante com um propriedade denominada "Oito Barracas", hoje espólio do Sr. Carlos Vitor Hollanda. Verificamos, no entanto, que uma reavivitação de picada foi recentemente efetuada naquela porção da área por um dos filhos do falecido proprietário, não obedecendo a demarcação da área indígena feita em 1977, avançando cerca de 500 metros para seu interior.

Conforme a programação desta viagem efetuada também junto à Cia. Vale do Rio Doce (como assessora para o Convênio com a

Funai), havíamos solicitado o transporte de helicóptero para a área do PI Sororô. Deste modo, o apoio de um sobrevôo (por ocasião de nosso retorno à Marabá) poderia dirimir dúvidas quanto à foz do rio Ipirahetê, uma vez que não chegamos até lá (dado o grande volume de águas, conforme explicitado anteriormente). No entanto, não obtivemos o apoio do helicóptero solicitado, devido aos eventos ligados à inauguração da ferrovia de Carajás, exatamente no dia em que retornamos à Marabá (28 fev.).

O veículo que, através da fonia, havíamos solicitado à Ajudância de Marabá para retornar, também não conseguiu alcançar a área do PI Sororô, devido aos atoleiros na rodovia OP-2. Fomos então obrigados a nos deslocar à Marabá em táxi-aéreo. Voltamos a solicitar o apoio do helicóptero da CVRD para a realização do sobrevôo no território Surui, entre os dias 01 e 03 de março. No entanto, também parece não ter sido possível a colaboração, naquela data.

A totalidade da área ocupada pelos Aikewara<sup>8</sup> até os anos 50 abrangia toda a região que hoje se estende ao longo da rodovia OP-2 em direção nordeste, até uma localidade denominada "Lagoa". Em direção ao sul, até as proximidades das margens do Araguaia, limitando-se a leste pela Serra das Andorinhas e, a oeste, pelo rio Itururu (Sororozinho), descendo pela sua margem direita até compreender a bacia do rio Patauã, a noroeste. Dividiam-se em vários grupos pequenos, como é característico do "modo Tupi" de ocupação territorial, de forma a garantir a subsistência adequada a um sistema de organização social específico.

Do limite mais setentrional - o rio Sororozinho (ou Itururu), os mais velhos do grupo guardam tristes recordações:

---

<sup>8</sup> Cabe lembrar que Surui foi uma designação adotada por frei Gil Gomes Leitão, dominicano ligado à Prelazia de Marabá que realizou os primeiros contatos com o grupo, em 1957 (e lhes deu assistência até o início da década de 70).

incêndio das aldeias das aldeias, seguidas vezes, e muitas mortes (em ti-  
eios inclusive), provocados pelos latifundiários que ali pro-  
curavam se instalar, no início da exploração da castanha ao sul  
de Marabá, na década de 40.

A história recente da ocupação territorial dos Surui é,  
sem dúvida, resultante de um confinamento ocorrido em virtude das  
inúmeras ações violentas empreendidas contra eles, ao que se ali-  
ou o descaso dos muitos agentes tutelares locais e regionais que,  
nos últimos anos, ali serviram. No decorrer da viagem, foram muitas  
as referências ao velho morubixawa (chefe político e cerimonial)  
Muxenã, falecido exatamente por ocasião dos primeiros contatos com  
os dominicanos, na década de 50. Afinal, eram os lugares por onde  
ele andara durante toda a sua vida.

Só a recuperação do território de ocupação tradicional  
vai possibilitar a obtenção de condições favoráveis para a subsis-  
tência e sobrevivência dignas do grupo, com o aumento da caça e  
da produção de castanha, principalmente. A diminuição da caça já  
é sensível há algum tempo entre os Surui; é necessário ir cada  
vez mais longe para se encontrar bandos de porcos do mato, por  
exemplo. E os reflexos desta situação na alimentação e na saúde  
dos componentes do grupo são, portanto, notáveis.

Os Surui consideram a Funai responsável pela diminuição  
da área sofrida com a demarcação de 1977, quando os beneficiados  
foram exatamente os latifundiários vizinhos, privilegiados agora  
mais uma vez pela atuação do GETAT. Aquela demarcação não fora,  
todavia, considerada como definitiva pelos Surui. Em inúmeras o-  
casões eles encaminharam à Funai pedidos para a revisão do pro-  
cesso de demarcação da área, através de diferentes portadores.

As reivindicações dizem respeito a porções precisas ao sul, a oeste e ao norte da área atual, como pudemos verificar. Este levantamento foi efetuado no sentido de que a agência tutelar venha, em tempo hábil, promover a restituição aos Surui do território que lhes é devido.

MARÇO/85